

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

**Regulamento n° 2/2006, de 30 de novembro**

**Altera o Regulamento de Custos de Mercado e retifica o regulamento 1/2005, de 12 de Dezembro**

Consciente da crescente importância da criação de um ambiente favorável ao acolhimento do “capital”, nomeadamente, dos fundos de investimento, foi materializado um conjunto de diplomas que visam a atracção de capital estrangeiro e a reforma do sistema financeiro e do mercado de capitais cabo-verdianos.

Todavia, importa igualmente demarcar outras medidas necessárias à viabilização de qualquer reforma, como seja o cuidado pela atualização de custos de funcionamento do mercado, no intento de mantê-los sempre concorrenciais, quando comparados a outros destinos de capitais.

Neste contexto, com vista à adequação e melhoria, das condições de domiciliação de fundos de investimento, ao abrigo do disposto nos artigos 4°, 48°, 67° e 96° do Código do Mercado de Valores, a Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários - AGMVM, deliberou aprovar o seguinte regulamento:

**Artigo 1º**

**Objecto Alteração e aditamento**

1. São alterados a alínea *b)* do número 1 do artigo 4º; a alínea *b)* do número 2 do artigo 4º; a alínea *b)* do número 2 do artigo 5º; a alínea *b)* do número 3 do artigo 5º; a alínea *a)* do número 1 do artigo 7º; a alínea *a)* do número 3 do artigo 8º; o número 4 do artigo 8º; o número 5 do artigo 8º; o número 1 e as respetivas alíneas do artigo 12º; os números 3 e 4 do artigo 12º, todos do Regulamento n.º 1/ 2005, de 12 de Dezembro.
2. São aditados a alínea *c)* ao número 1 do artigo 4º; as alíneas *c)* e *d)* ao número 2 do artigo 4º; a alínea *c)* ao número 2 do artigo 5º; as alíneas *c)* e *d)* ao número 3 do artigo 5º; o número 8 ao artigo 8º, passando o artigo a ter nova enumeração; a alínea *d)* ao número 1 do artigo 12º, todos do Regulamento n.º 1/2005, de 12 de Dezembro.
3. Os artigos com as alterações e os aditamentos acima mencionados passam a ter a seguinte redacção:
  - 3.1.



## **BOLSA DE VALORES** **CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

### **Artigo 4º**

#### **Taxa de admissão à cotação**

1. Pela admissão à cotação de quaisquer valores mobiliários, à excepção de fundos públicos nacionais e estrangeiros e de valores mobiliários a eles equiparados, pagarão as entidades emitentes as seguintes taxas, calculadas sobre o valor nominal do capital a admitir:

- a) 1,50‰, tratando-se de obrigações;
- b) 1,50‰, tratando-se de fundos de investimento em dívida pública;
- c) 2,00‰, tratando-se de outros valores mobiliários.

2.( ... )

- a) 100.000 Escudos e 1.000.000 de Escudos respetivamente, tratando-se de fundos de investimento em dívida pública;
- b) 200.000 Escudos e 2.000.000 de Escudos, respetivamente, tratando-se de outros fundos de investimento;
- c) 250.000 Escudos e 3.000.000 de Escudos, respetivamente, tratando-se de outros valores mobiliários.

( ... )”

3.2.

### **Artigo 5º**

#### **Taxa de manutenção periódica na cotação**

1.( ... )

2.( ... )

- b) 1,50‰, tratando-se de fundos de investimento em dívida pública;
- c) 2,00‰, no caso de outros fundos de investimento;
- d) 1,25‰, no caso de outros valores mobiliários.

3.( ... )



## **BOLSA DE VALORES**

### **CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

- b) 100.000 Escudos e 1.000.000 de Escudos, respetivamente, tratando-se de fundos de investimento em dívida pública;
- c) 200.000 Escudos e 2.000.000 de Escudos, respetivamente, tratando-se de outros fundos de investimento;
- d) 150.000 Escudos e 3.000.000 de Escudos, respetivamente, tratando-se de outros valores mobiliários.

(. ..)”

3.3.

#### **Artigo 7º**

##### **Taxa de realização de operações de bolsa**

1. ( ... )

- a) Uma comissão fixa de 1.000 Escudos por operação, em operações realizadas sobre fundos de investimento.

(. ..)”

3.4.

#### **“Artigo 8º**

##### **Taxa de realização de operações fora de bolsa**

(. .. )

3.(. .. )

- a) Uma comissão fixa de 1. 700 escudos por operação, em operações realizadas sobre fundos de investimento;

(... )

- 4. Quando, ao abrigo do estabelecido no número 2 do artigo 720 do Código do Mercado de Valores Mobiliários, sejam transaccionados no mercado fora de bolsa valores mobiliários admitidos à cotação em bolsa, as taxas referidas no número anterior, aplicáveis a essas transações, à exceção das realizadas sobre fundos de investimento, serão elevadas para o triplo do seu valor.

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

5. Pelas transações realizadas sobre fundos de investimento, nos termos referidos no número 4, será cobrada uma comissão fixa de 2.000 Escudos por operação.
  6. O atual número 6 passa a ter a redacção do anterior número 5;
  7. O atual número 7 passa a ter a redacção do anterior número 6;
  8. O atual número 8 passa a ter a redacção do anterior número 7.”
- 3.5.

#### **“Artigo 12°**

##### **Contas de valores escriturais**

1. Pela custódia de títulos desmaterializados junto da Bolsa de Valores de Cabo Verde, pagarão as entidades emitentes as seguintes taxas calculadas sobre o valor dos títulos detidos em conta durante o período em causa:
  - a) 0,05‰, ao mês, tratando-se de títulos da dívida pública;
  - b) 0,20‰, ao ano, pagos em duodécimos, tratando-se de fundos de investimento;
  - c) 0,50‰, ao mês, tratando-se de outros valores mobiliários admitidos à cotação;
  - d) 1,00‰, ao mês, tratando-se de valores mobiliários não admitidos à cotação.( ... )
4. As transferências livres de pagamento entre as contas do mesmo banco na central de liquidação e custódia ou entre as contas dos bancos estão sujeitas a uma taxa de 1700 Escudos.  
(... )”

#### **Artigo 2°**

##### **Modificações e publicação**



**BOLSA DE VALORES**  
**CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

As alterações e os aditamentos resultantes do presente regulamento serão inseridas no regulamento alterado que será publicado na íntegra.

**Artigo 3º**

**Entrada em vigor**

O presente Regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Boletim Oficial*.

Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, na Praia, aos 30 de Novembro de 2006. -  
O Auditor Geral, *Maria Encarnação Alves Silva Rocha*

---

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

## **Custos do Mercado**

Nos termos dos artigos 4º, 48º, 67º e 96º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, a Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, adiante designado AGMVM, aprovou o seguinte Regulamento:

### **Artigo 1º**

#### **Âmbito**

O presente regulamento estabelece o regime aplicável aos custos de funcionamento do mercado de valores mobiliários, no que se refere as taxas e comissões devidas pelos atos ou situações nele previstas, contemplando designadamente os montantes aplicáveis, a indicação das entidades que devem suportar os encargos e daquelas de quem estes constituem receita, e a forma de cobrança respetiva.

### **Artigo 2º**

#### **Taxa de registo de ofertas a subscrição pública**

1. Pelo registo junto da AGMVM de ofertas a subscrição pública de valores mobiliários é devida, pela entidade emitente ou pelos promotores da constituição de sociedade com apelo a subscrição pública, conforme os casos, uma taxa, que constitui contrapartida dos serviços de verificação dos requisitos e aprovação dos documentos de que depende o registo, do ato de registo propriamente dito, bem como dos demais serviços, nomeadamente de controlo, relacionados com o registo efetuado.
2. A taxa de registo de ofertas a subscrição pública constitui receita da AGMVM.
3. A taxa tem um valor fixo de 100.000 escudos.
4. O pagamento da taxa devere ser efetuado através de cheque cruzado passado a ordem da AGMVM, entregue conjuntamente como pedido de registo da oferta;
5. No caso de indeferimento do pedido de registo, a AGMVM devolverá metade do valor da taxa, mediante cheque cruzado passado em nome do sacador do cheque a que se refere o número anterior, entregue conjuntamente com a notificação do indeferimento.
6. Estão isentas do pagamento de qualquer taxa as entidades que, pedindo o registo de uma oferta a subscrição pública de valores mobiliários, demonstrem que a operação em causa se destina a promover a recuperação económica e financeira da entidade emitente.

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

### **Artigo 3º**

#### **Taxa de registo de ofertas públicas de venda**

1. Pelo registo junto da AGMVM de ofertas públicas de venda e devida, pelo oferente, uma taxa, que constitui contrapartida dos serviços de verificação dos requisitos e aprovação dos documentos de que depende o registo, do ato de registo propriamente dito, bem como dos demais serviços, nomeadamente de controlo, relacionados com o registo efetuado.
2. A taxa de registo de ofertas públicas de venda constitui receita da AGMVM.
3. A taxa tem um valor fixo de 100.000 escudos.
4. E aplicável a taxa de registo de ofertas públicas de venda o estabelecido nos números 4 e 5 do artigo anterior relativamente a taxa de registo de ofertas a subscrição pública de valores mobiliários.

### **Artigo 4º**

#### **Taxa de admissão à cotação**

1. Pela admissão a cotação de quaisquer valores mobiliários, a exceção de fundos públicos nacionais e estrangeiros e de valores mobiliários a eles equiparados, pagarão as entidades emitentes as seguintes taxas, calculadas sobre o valor nominal do capital a admitir:
  - a) 1,50‰, tratando-se de obrigações;
  - b) 1,50‰, tratando-se de fundos de investimento em dívida pública;
  - c) 2,00‰, tratando-se de outros valores mobiliários.
2. Em qualquer caso, a taxa terá os seguintes montantes mínimos e máximos:
  - a) 100.000 mil Escudos e 1.500.000 mil Escudos, respetivamente, tratando-se de obrigações;
  - b) 100.000 Escudos e 1.000.000 de Escudos, respetivamente, tratando-se de fundos de investimento em dívida pública;

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

- c) 200.000 Escudos e 2.000.000 de Escudos, respetivamente, tratando-se de outros fundos de investimento;
  - d) 250.000 Escudos e 3.000.000 de Escudos, respetivamente, tratando-se de outros valores mobiliários.
3. No caso de admissão a cotação de novas acções resultantes de um aumento de capital, emitidas por sociedade com acções já cotadas, será apenas devido o pagamento da taxa mínima mencionada na alínea c) do número anterior.
  4. No caso de admissão a cotação de acções resultantes da conversão de obrigações cotadas, não é devido o pagamento de qualquer taxa.
  5. A taxa de admissão a cotação constitui receita da Bolsa de Valores.
  6. A taxa de admissão a cotação deve ser paga a Bolsa de Valores de Cabo Verde até ao quinto dia útil seguinte à notificação da decisão de admissão a cotação, não podendo dar-se início às transações em bolsa sem que o pagamento se mostre efetuado.

## **Artigo 5º**

### **Taxa de manutenção periódica na cotação**

1. As entidades com valores mobiliários admitidos a cotação em bolsa pagarão, a favor desta, uma taxa de manutenção periódica, que constitui contrapartida dos serviços gerais prestados pela Bolsa de Valores.
2. A taxa de manutenção incide sobre o valor da capitalização bolsista, regulativamente a cada emissão mantida na cotação, e é dos seguintes montantes:
  - a) 1,00 %, no caso de obrigações;
  - b) 1,50%, tratando-se de fundos de investimento em dívida pública;
  - c) 2,00%/00, no caso de outros fundos de investimento;
  - d) 1,25 %, no caso de outros valores mobiliários.
3. Em qualquer caso, a taxa terá os seguintes montantes mínimos e máximos:
  - a) 100.000 Escudos e 1.500.000 de Escudos, respetivamente, tratando-se de obrigações;
  - b) 100.000 Escudos e 1.000.000 de Escudos, respetivamente, tratando-se de fundos de investimento em dívida pública;



*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

- c) 200.000 Escudos e 2.000.000 de Escudos, respetivamente, tratando-se de outros fundos de investimento;
  - d) 150.000 Escudos e 3.000.000 de Escudos, respetivamente, tratando-se de outros valores mobiliários.
4. A taxa de manutenção periódica tem carácter anual, vencendo-se no dia 1 de Janeiro de cada ano com referência ao ano civil anterior, e deve ser paga até ao dia 31 de Janeiro.
5. Quanto a valores mobiliários que não hajam estado cotados durante todo o ano civil anterior, seja por haverem sido nesse ano admitidos a cotação, seja por haverem sido dela excluídos, deveser pago valor proporcional ao período do ano civil durante o qual os valores estiveram admitidos.
6. As emissões admitidas a cotação que revistam a natureza de fundos públicos nacionais e estrangeiros e de valores mobiliários a eles equiparados estão isentas do pagamento da taxa a que se refere o presente artigo.

## **Artigo 6º**

### **Taxa de readmissão a cotação**

1. Pela readmissão a cotação de valores mobiliários anteriormente excluídos pagarão as entidades emitentes as seguintes taxas, calculadas sobre o valor nominal do capital a readmitir:
- a) 0,50‰, tratando-se de obrigações;
  - b) 0,75‰, tratando-se de outros valores mobiliários.
2. Não será devido o pagamento da taxa prevista no presente artigo se a readmissão se verificar no período de um ano a contar da data da exclusão.
3. Aplica-se a taxa de readmissão a cotação o estabelecido nos números 2, 5 e 6 do artigo 4º.

## **Artigo 7º**

### **Taxa de realização de operações de bolsa**



## **BOLSA DE VALORES**

### **CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

1. Pela realização de operações de bolsa, quer em sessões normais, quer em sessões especiais, são devidas as seguintes taxas, de compra e de venda, a pagar respetivamente pelo operador de bolsa comprador e pelo operador de bolsa vendedor, que a repercutirão obrigatoriamente sobre os seus comitentes:
  - a) Uma comissão fixa de 1.000 Escudos por operação, em operações realizadas sobre fundos de investimento;
  - b) 1,00 % do valor da operação, em operações realizadas sobre obrigações;
  - c) 1,25% do valor da operação, em operações realizadas sobre quaisquer outros valores mobiliários.
1. A taxa de realização de operações de bolsa constitui receita da Bolsa de Valores.
2. A cobrança da taxa de realização de operações de bolsa processar-se-á no âmbito do processo de liquidação financeira das operações realizadas, nos termos definidos na respetiva circular da Bolsa de Valores.

### **Artigo 8º**

#### **Taxa de realização de operações fora de bolsa**

1. Pela realização sobre quaisquer valores mobiliários de operações fora de bolsa, a título gratuito ou oneroso, são devidas as taxas de compra e de venda estabelecidas no presente artigo, a pagar respetivamente pelo intermediário financeiro comprador e pelo intermediário financeiro vendedor, que a repercutirão obrigatoriamente sobre os seus comitentes.
2. A taxa a que se refere o presente artigo, 25% constitui receita da Bolsa de Valores de Cabo Verde e 75% da AGMVM.
3. A taxa de realização de operações fora de bolsa e do seguinte montante:
  - a) Uma comissão fixa de 1.700 Escudos por operação, em operações realizadas sobre fundos de investimento;
  - b) 4,00 %, do valor da operação, em operações realizadas sobre obrigações;
  - c) 5,00 %, do valor da operação, em operações realizadas sobre quaisquer outros valores mobiliários.



## **BOLSA DE VALORES**

### **CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

4. Quando, ao abrigo do estabelecido no número 2 do artigo 72º do Código do Mercado de Valores mobiliários, sejam transaccionados no mercado fora de bolsa valores mobiliários admitidos a cotação em bolsa, as taxas referidas no número anterior, aplicáveis a essas transações, a exceção das realizadas sobre fundos de investimento, serão elevadas para o triplo do seu valor.
5. Pelas transações realizadas sobre fundos de investimento, nos termos referidos no número 4, será cobrada uma comissão fixa de 2.000 Escudos por operação.
6. Para efeitos do estabelecido nos números 3 e 4 anteriores, entender-se-á por valor da operação:
  - a) No caso de transmissão a título oneroso, o maior dos três seguintes valores: valor declarado da operação, valor da operação ao valor nominal dos títulos ou, tratando-se de títulos cotados, valor da operação a última cotação na bolsa;
  - b) No caso de transmissão a título gratuito, o maior dos dois seguintes valores: valor da operação ao valor nominal dos títulos ou, tratando-se de títulos cotados, valor da operação a última cotação na bolsa.
7. O pagamento das taxas devere ser efetuado através de cheque cruzado passado a ordem da AGMVM, entregue conjuntamente com a informação semanal respeitante as operações efetuadas a que se refere o artigo 95º do Código do Mercado de Valores Mobiliários.
8. Os intermediários financeiros habilitados a realizar operações no mercado fora de bolsa são responsáveis pelo pontual pagamento das taxas relativas as operações em que intervenham, por conta própria ou de clientes, independentemente, neste ultimo caso, de haverem procedido a sua oportuna cobrança dos comitentes.

### **Artigo 9º**

#### **Comissão de corretagem**

1. Pela realização por conta de clientes de operações de bolsa, seja em sessões normais, seja em sessões especiais, os operadores de bolsa cobrarão comissões de corretagem por eles livremente fixadas, obedecendo, contudo, por cada operação, mas sem prejuízo do estabelecido



## **BOLSA DE VALORES**

### **CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

no número seguinte, a um valor mínimo de 100 escudos e a um valor máximo de 2,50% do valor da operação.

2. Quando, numa mesma sessão de bolsa, a execução de uma mesma ordem de bolsa sobre um mesmo valor mobiliário seja fraccionada na realização de mais do que uma operação, a comissão de corretagem aplicável, nos termos do número anterior, será determinada por referência ao conjunto das operações assim realizadas.
3. Por cada ordem de bolsa recebida, mas não executada os operadores de bolsa poderão cobrar, no momento do cancelamento, revogação ou caducidade da ordem, e ainda que a mesma venha a ser renovada, uma comissão com o montante máximo de 100 escudos.

### **Artigo 10º**

#### **Comissão do mercado fora de bolsa**

1. Os operadores de bolsa e demais intermediários financeiros legal e estatutariamente autorizados a realizar operações no mercado fora de bolsa cobrarão pela realização dessas operações comissões por eles livremente fixadas, obedecendo, contudo, por cada operação, a um valor mínimo de 250 escudos e a um valor máximo de 3,00 % do valor da operação, determinado nos termos do número 5 do artigo 8º do presente regulamento.
2. Quando, ao abrigo do estabelecido no número 2 do artigo 72º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, sejam transaccionados no mercado fora de bolsa valores mobiliários admitidos a cotação em bolsa, as comissões referidas no número anterior, aplicáveis a essas transações, serão elevadas para o triplo do seu valor.
3. Por cada ordem recebida para a realização de operações no mercado fora de bolsa, mas não executada, os operadores de bolsa e demais intermediários financeiros habilitados a operar neste mercado poderão cobrar, no momento do cancelamento, revogação ou caducidade da ordem, e ainda que a mesma venha a ser renovada, uma comissão com o montante máximo de 150 escudos, ou de 1.000 escudos caso a ordem respeite a valores mobiliários admitidos a cotação em bolsa e negociáveis no mercado fora de bolsa ao abrigo do disposto no número 2 do artigo 72º do Código do Mercado de Valores Mobiliários.

### **Artigo 11º**

#### **Inscrição de operadores de bolsa no registo mantido pela Bolsa de Valores**



## **BOLSA DE VALORES**

### **CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

1. Cada operador de bolsa pagara a Bolsa de Valores de Cabo Verde, pela respetiva inscrição no registo próprio por este mantido, uma taxa, não reembolsável, no montante fixo de 500.000 escudos.
2. Anualmente, a partir do segundo ano civil subsequente ao da inscrição, cada operador de bolsa inscrito no registo referido no número anterior pagara a Bolsa de Valores de Cabo Ver-

de uma taxa, não reembolsável, no montante de 250.000 escudos, a qual devera ser prestada ate ao dia 31 de Janeiro de cada ano.

### **Artigo 12º**

#### **Contas de valores escriturais**

1. Pela custódia de títulos desmaterializados junto da Bolsa de Valores de Cabo Verde, pagarão, as entidades emitentes, as seguintes taxas calculadas sobre o valor dos títulos em conta durante o período em causa.
  - a) 0,05%, tratando-se de títulos da divida publica;
  - b) 0,20%, ao ano, pagos em duodécimos, tratando-se de outros fundos de investimento;
  - c) 0,50%, tratando-se de outros valores mobiliários admitidos a cotação;
  - d) 1,00%, tratando-se de valores mobiliários não admitidos a cotação;
2. As taxas referidas na alínea anterior constituem receita da bolsa de valores, devendo o montante correspondente ser pago ate ao dia 10 de cada mês.
3. Nas aquisições nos termos da alínea c) n.º 1 do artigo 108º do Código de Valores Mobiliários e cobrada ao adquirente urna taxa de 2,00%, a favor da Bolsa de Valores de Cabo Verde, sobre os valores mobiliários objectos de aquisição.
4. As transferências livres de pagamento entre as contas do mesmo banco na central de liquidação e custodia ou entre as contas dos bancos estão sujeitas a uma taxa de 1700 Escudos.

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

5. As taxas cobradas pelos operadores de bolsa e demais intermediários financeiros autorizados, sobre os juros, dividendos, amortizações de empréstimos e custódia final dos títulos carecem de autorização prévia da AGMVM.

#### **Artigo 13º**

##### **Publicações**

Pela publicação no boletim oficial de bolsa das publicações obrigatórias exigidas pela legislação em vigor serão devidas pelas entidades que estejam obrigadas a solicitar essa publicação o custo de 15.000 escudos por cada página.

#### **Artigo 14º**

##### **Revogação**

E revogado o Regulamento n.º 2/2000 de 21 de Novembro, publicado no Boletim Oficial N.º 48, II Série, de 27 de Novembro de 2000.

#### **Artigo 15º**

##### **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação no Boletim Oficial. Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, na Praia, aos 9 de Dezembro de 2005.  
O Auditor Geral, *Valentim Almeida Pinto*.

#### **Regulamento n.º 1/2005, de 22 de janeiro**

B. O. N.º 4 – I Série, 22 de janeiro de 2007